

Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: uma análise bibliográfica (*)

*Magda Prates Coelho
Licia do Prado Valladares*

Nas últimas décadas vem se discutindo exaustivamente os diferentes modelos de crescimento econômico adotados pelos vários países da América Latina, e pelo Brasil em particular, atentando-se para seus efeitos sobre o processo de urbanização, suas conseqüências no mercado de trabalho, na estrutura ocupacional, no processo de crescimento da concentração da renda e na propagação da pobreza urbana. Iniciando-se na esfera acadêmica (Cardoso & Reyna, 1960; Tavares, 1966; Oliveira, 1975) tal discussão foi sendo gradativamente incorporada pelos gabinetes técnicos de organismos nacionais e internacionais, que realizaram análises globais e setoriais do desempenho da economia dos diversos países, visando a formulação de políticas públicas. Logo se destacaram como temáticas específicas de estudos e pesquisas as questões do emprego, da renda e das migrações, que inspiraram políticas de emprego e ajudaram a traçar linhas de política urbana.

A grande maioria dos estudos e investigações sofreu inicialmente o impacto do chamado "modelo dualista" e da teoria da marginalidade, que marcaram a literatura latino-americana até o início da década de setenta. Num segundo

momento passou cada vez mais a influenciar o pensamento dos autores, a teoria da acumulação capitalista que rompendo com a "razão dualista" (Oliveira, 1975), buscou compreender o processo econômico através das formas de organização social da produção. Esta mudança de enfoque teórico, observada sobretudo no âmbito da "academia", apresentou ressonâncias nos meios da "tecnoburocracia" onde a perspectiva dualista, apesar de severamente criticada continua a aparecer editada em novas versões.

A literatura existente sobre a pobreza urbana e o mercado de trabalho nas grandes cidades latino-americanas, reflete claramente esta trajetória. Como se verá ao longo do presente texto, de estudos inicialmente centrados na problemática específica do emprego e dos setores "moderno" e "tradicional" do mercado de trabalho urbano, passou-se a discutir as diferentes formas de inserção da população pobre nos dois setores da economia, batizados num segundo momento de "formal" e "informal". Uma nova linha de estudos é paralelamente inaugurada, abordando a problemática do ângulo do trabalho e das distintas formas de organização da produção. Tal perspectiva implicou no abandono

(*) Agradecemos a Luiz A. Machado da Silva pelos comentários feitos à primeira versão deste trabalho. Várias de suas sugestões foram aqui incorporadas.

no da idéia de setores e no privilegiamento da análise das formas produtivas e das relações de trabalho “não tipicamente capitalistas”.

A presente resenha visa oferecer ao leitor justamente um resumo deste conjunto de abordagens e linhas de análise, tomando por base sobretudo a contribuição de brasileiros e latino-americanos. Apesar da literatura internacional ser extremamente rica e variada – já se dispõe inclusive de uma bibliografia internacional sobre a pobreza urbana (Santos e Abdala, 1978) – pareceu mais profícuo empreender uma análise que privilegiasse a produção nacional, hoje reunindo um volume considerável de livros, artigos de periódicos, teses de pós-graduação e relatórios de pesquisa em torno do assunto. Lembre-se ainda que, refletindo os autores nacionais diferentes correntes do pensamento econômico e sociológico, seus trabalhos dão conta dos principais enfoques teóricos e metodológicos adotados pela literatura internacional especializada.

A bibliografia aqui comentada não esgota portanto a literatura. Além de dar prioridade a textos que resultaram de pesquisas e estudos efetuados no Brasil, descarta aqueles que tratam especificamente dos segmentos assalariados da força de trabalho, da mão-de-obra industrial e da força de trabalho feminina, esta última objeto de resenhas especializadas (como as de Abreu *et alii* (1978) e a de Pena (1980)). Tampouco se dá especial atenção a literatura sobre marginalidade social, visto já ter sido a mesma devidamente analisada por vários autores (Machado da Silva, 1971; Kowarick, 1975).

Tais recortes mostram que o foco principal de interesse desta resenha incide sobre os aspectos do mercado de trabalho urbano ligados às atividades de tipo “informal” e ao trabalho não-assalariado.

I – O Mercado de Trabalho na Abordagem Econômica: a Perspectiva Dualista e sua Crítica

As primeiras interpretações sobre a economia urbana dos países subdesenvolvidos conceberam a mesma como constituída por dois setores independentes e autônomos, comumente denominados por “setor moderno” e “setor tradicional”. Esta visão dualista se traduzia em termos da dicotomia integração *versus* não-integração das diversas unidades produtivas na estrutura econômica global. O conceito de subemprego que dominou a literatura até o final dos anos 60 é uma decorrência imediata dessa ma-

neira particular de analisar a economia urbana, tendo marcado uma fase importante do pensamento econômico.

A partir dos anos 70 ganha corpo uma nova interpretação dualista que, reconhecendo a existência de dois setores define os mesmos como inter-relacionados e interdependentes, chamando a atenção para o grau de heterogeneidade da estrutura produtiva no interior de cada setor. Esta nova concepção fundamentou as noções de Pobreza Urbana e de Setor Informal, que a partir de então dominaram a literatura sobre o mercado de trabalho.

1.1 – Dualismo: o Subemprego e a Subutilização da Mão-de-Obra

O conceito de subemprego representou a primeira tentativa de chamar a atenção para o fenômeno da subutilização da mão-de-obra no mercado de trabalho urbano nos países de industrialização tardia. Até então falava-se apenas em emprego e desemprego, noções estas que não davam conta de um importante fenômeno da economia urbana.

No Brasil foi pioneiro o estudo realizado por O'Brien & Salm (1970) que tentaram uma redefinição do conceito de subemprego de forma a permitir uma estimativa mais precisa do problema do emprego nas estatísticas oficiais. Sobre saem ainda os trabalhos de Hoffman (1977) e Martine e Peliano (1978) que historicam e discutem a validade e precisão do uso de tal conceito, mostrando que o mesmo está apoiado num esquema analítico dualista.

Aparecendo na literatura econômica no final do século XIX, o subemprego foi inicialmente relacionado ao fenômeno encontrado na Europa de superpopulação na área rural refletindo, basicamente, um desequilíbrio entre os fatores de produção – terra, capital e trabalho. Naquele contexto o subemprego significava o “excesso relativo do fator trabalho em comparação com os estoques de capital e de terra utilizados” (Martine & Peliano, 1978: 134).

Posteriormente este conceito foi transplantado para as economias urbanas dos países do terceiro mundo, visto que a noção de desemprego não dava conta da situação de contingentes expressivos da força de trabalho urbana que, não se encontrando envolvidos em atividades assalariadas, exerciam atividades autônomas de trabalho, sobretudo no setor serviços. Exemplos destas atividades seriam “o pequeno comércio ambulante ou das feiras, diversos tipos de intermediação miúda, toda a gama dos serviços pes-

soais, legais ou ilegais, quer os rituais de magia e macumba, ou a prostituição, quer o transporte no carrinho de mão ou o jogo, quer a lavadeira e o engraxate, ou o contrabandista" (Hoffman, 1977: 61). O termo subemprego passou assim a designar atividades de baixa produtividade, de caráter intermitente, redundando em níveis inferiores de remuneração.

Na redefinição do subemprego a contribuição de O'Brien & Salm (1970) foi no sentido de distinguir o subemprego visível (involuntariedade do trabalho por tempo parcial) do subemprego disfarçado (baixa produtividade indicada por baixa remuneração). A partir desta redefinição e usando dados da PNAD, tais autores chegaram a uma estimativa mais próxima da situação real do emprego no Brasil; conservaram, porém, para a avaliação do subemprego, um critério que define o emprego exclusivamente no setor econômico moderno.

Tal proposta foi severamente criticada por Leite Lopes (1978)¹ ao afirmar que os autores, pretendendo retirar do conceito de subemprego os traços remanescentes de sua origem, não conseguiram descartar-se do "etnocentrismo" característico da corrente keynesiana que criticam (Lopes, 1978: 144). E, continua Lopes, muitas das incongruências no estudo de O'Brien & Salm, se devem "à necessidade que faz parte das próprias condições sociais que presidem a produção intelectual dos técnicos para chegar-se a certas conclusões que podem servir à política de emprego no Brasil" (Lopes, 1978: 149).

Um novo texto de Salm (1975) reconsidera a questão da redefinição dos conceitos sobre os quais se assentam os dados oficiais, recomendando pesquisas de natureza etnográfica para darem conta da multiplicidade de situações concretas que escapam à operacionalização dos conceitos de subemprego (ou subutilização de mão-de-obra) até agora adotados no Brasil (Salm, 1975).²

Hoffman faz uma revisão crítica dos vários critérios já utilizados na estimativa da subutilização da mão-de-obra. Um deles é o da *produtividade* segundo o qual "o subemprego é descrito como uma situação em que a produtividade da mão-de-obra é muito baixa (. . .). Basicamente o que o conceito de subemprego procura refletir é que uma parte da força de trabalho efe-

tivamente empenhada em certos tipos de atividade econômica está ociosa durante uma parte do tempo ou, se está trabalhando, é quase improdutivo" (Hoffman, 1977: 61). Nesse sentido, diz ela, é que se fala em *subemprego disfarçado*. Ao se associar a noção de subemprego à de produtividade coloca-se de imediato um problema, qual seja o de encontrar uma forma aceitável para a estimativa dos níveis de produtividade do trabalho. A remuneração do trabalho vem sendo usada como um indicador estatístico apropriado, considerando-se portanto como subempregados, os indivíduos que têm uma renda mensal muito baixa em comparação com os padrões vigentes (Hoffman, 1977: 62).

A crítica à utilização deste critério se fundamenta, primeiramente, na observação de que o padrão de produtividade está intimamente relacionado às situações onde é mais elevada a utilização de tecnologia. Nas circunstâncias em que a relação é de trabalho intensivo e não de capital intensivo, o aproveitamento da capacidade produtiva do trabalhador é muito grande mas são menores os resultados finais, dada a ausência de fatores complementares adequados. Em segundo lugar, menciona-se o fato de que o salário nem sempre reflete adequadamente a produtividade, especialmente nos casos em que o mercado está sob o regime de oligopólio (Singer, 1971, *apud* Hoffman), assim como nos ramos do comércio miúdo e serviços pessoais, caracterizados pelo modelo de concorrência perfeita, com livre entrada de novos trabalhadores. Nestes casos, mesmo que a baixa renda possa ser indicador de baixa produtividade, deve-se considerar as situações em que "o trabalhador pode estar usando o seu esforço até o limite da resistência" e no entanto auferir um nível muito baixo de renda, o que não significa que a mão-de-obra, nessas situações, seja subutilizada.

O segundo critério de medida do subemprego ao qual se refere Hoffman (1977) é o da *involuntariedade do trabalho por tempo parcial*, medida esta recomendada pela OIT, adotada pela PNAD e chamada de *subemprego visível* por O'Brien & Salm (1970). Na pesquisa da PNAD conta-se como subempregados visíveis "os ocupados em tempo parcial que declaram preferir trabalhar em tempo integral e, dentre os que normalmente trabalhavam em tempo integral,

¹ O artigo de Leite Lopes, publicado em 1978 foi originariamente apresentado como relatório interno do Grupo de Pesquisas a FINEP em 1972.

² Sobre as críticas de Lopes Leite a O'Brien & Salm e um comentário mais completo do texto destes dois autores ver Felix *et alii* (1981).

os que na semana da pesquisa estavam ocasionalmente em tempo parcial por motivo econômico" (Hoffman, 1977: 79). A crítica a este conceito se prende às implicações contidas no termo "ocupados em tempo parcial". Argumenta-se que a noção de "tempo parcial" está referida ao "tempo padrão" necessário e exigido para a execução do trabalho no setor moderno, não considerando o "tempo nominal" de trabalho, quando o agente está à espera da demanda do serviço ou do produto que oferece. Portanto, considerar subutilizado o trabalhador que não executa tarefas pelo período de 40 horas semanais ou mais, é subestimar o tempo dispendido pelo agente na procura ou espera de clientes (Hoffman, 1977; Kritz & Ramos, 1975). Em segundo lugar, o conceito exclui os indivíduos com trabalho intermitente, abrangendo apenas aleatoriamente os que no período da pesquisa estavam utilizando a sua capacidade produtiva (Hoffman, 1977).

Uma vez constatadas as limitações do conceito de subemprego, vem-se estudando a melhor forma de redefinir um instrumental teórico que seja capaz não só de captar a maior quantidade possível de situações de subutilização da força de trabalho como de identificar as ocupações que abrigam a "pobreza urbana". Persiste entretanto o problema de redefinição de categorias conceituais que expressem adequadamente os fenômenos relacionados à exclusão de grande parcela de mão-de-obra urbana dos benefícios econômicos e sociais propiciados pelo crescimento industrial do país. Martine & Peliano (1978) vêem muito claramente que esta lacuna não pode ser preenchida pelo conceito de subemprego dado que este conceito está apoiado numa abordagem dualista que se traduz na "simplificação arbitrária aplicada na dicotomização da sociedade produtiva em dois setores díspares" (Martine & Peliano, 1978: 137). Nas abordagens dualistas onde só o setor dinâmico tem relevância na economia de mercado, as noções de ociosidade, involuntariedade e improdutividade estão implícitas no conceito de subemprego já que este foi formulado e elaborado a partir da experiência de uma economia desenvolvida, onde o processo de acumulação de capital é objetivo último. Não é de surpreender pois, que nesta perspectiva o subemprego seja um fato inevitável "para uma parcela da força de trabalho que, face à relativa rigidez da demanda da mão-de-obra pelo aparelho produtivo dinâmico, teria que se dedicar, involuntariamente a determinados tipos de atividade econômica caracterizadas pela ociosidade de seus integrantes durante o tempo normal de trabalho e/ou

pela improdutividade de seu desempenho econômico" (Martine & Peliano, 1978: 140).

Procurando novos caminhos que possibilitem definir e operacionalizar o fenômeno da subutilização da mão-de-obra nos mercados de trabalho urbano dos países não desenvolvidos, estudos da PREALC/OIT (Kritz & Ramos, 1975) realizados em países da América Latina a partir da análise do próprio processo produtivo das economias não desenvolvidas, identificaram certas regularidades características do setor moderno e do setor tradicional do mercado de trabalho urbano. A partir das regularidades observadas foram utilizadas as categorias conceituais de *continuidade* ou *descontinuidade* do uso pleno da capacidade produtiva do trabalho. Tais categorias remetem àquelas de *Tempo Efetivo* (TE) e *Tempo Nominal* (TN) de execução da tarefa de produção. No setor moderno do mercado a continuidade na utilização da capacidade produtiva do trabalhador implica em que o Tempo Efetivo de execução de tarefas coincida com o tempo em que permanece no posto de trabalho (Tempo Nominal). Conseqüentemente, nesse setor predominam as ocupações com remuneração fixa que refletem o grau de desenvolvimento capitalista das relações de produção: desvinculação entre trabalho e produto, ou seja, é o empresário que assume os riscos (e os ganhos) da flutuação da demanda por bens e serviços. No setor tradicional, o processo se dá em sentido oposto: não-continuidade no uso pleno da capacidade produtiva do trabalhador, não coincidência entre TE e TN de trabalho e, conseqüentemente, ocupações com remuneração variável já que a particularidade desse setor se prende à identificação entre trabalho e produto, empresário e trabalhador que, dada a ausência de capacidade financeira de estoque, sofre diretamente os efeitos das flutuações da demanda de bens e serviços produzidos. O exemplo mais puro desta categoria de ocupação com remuneração variável é o trabalhador autônomo ou o conta própria (Kritz & Ramos, 1975: 50). Não tem pois sentido aplicar o conceito de subutilização para as ocupações com remuneração instável, cuja produtividade reflete apenas o tempo efetivamente utilizado pelo trabalhador para a sua atividade produtiva; deste ponto de vista "qualquer pessoa, em qualquer nível de renda pode estar subutilizada". Da mesma forma que os termos de subemprego disfarçado e subemprego visível devem guardar o seu significado de origem e serem reservados para o setor moderno (capitalista) do mercado de trabalho urbano, para o setor econômico menos dinâmico nova categoria conceitual deve ser elaborada - de tal

forma que sua significação contenha, no próprio setor onde se processa, o padrão ideal de "eficiência" produtiva.

Ao lado desta alternativa de determinação da subutilização de mão-de-obra nos mercados de trabalho urbano, procura-se definir uma categoria que dê conta de maneira ampla e adequada da situação da população economicamente ativa que não obtém o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Hoffman assegura: "O uso do conceito de subemprego para analisar a situação ocupacional em países subdesenvolvidos apresenta severas limitações e dificuldades. Tais dificuldades explicam, em parte, a mudança da ênfase que está se dando entre os analistas do problema, e em particular entre os técnicos participantes das missões da Organização Internacional do Trabalho (. . .) não só o foco está se afastando do problema do *subemprego* (grifo do autor), mas o próprio conceito de subemprego está gradativamente adquirindo um conteúdo diferente, onde a renda inadequada é mais importante que a questão da subutilização" (Hoffman, 1977: 64).

1.2 - Do Subemprego à Pobreza Urbana

No início da década de 70 um relatório da OIT (Missão ao Quênia) recomendou a transferência da temática do Subemprego para a de Pobreza Urbana ao se analisar a economia dos países subdesenvolvidos. Esta alternativa ganhou relevância uma vez que o conceito de Pobreza Urbana se mostra mais abrangente e menos limitado teoricamente que o de subemprego. Segundo Hoffman, além da questão da subutilização do trabalho, deve se ressaltar a renda extremamente baixa que muitos indivíduos recebem (Thorbecke, *apud* Hoffman, 1977:63). Neste sentido os "pobres que trabalham" são indivíduos que sobreutilizam a sua força de trabalho por remunerações que estão abaixo do mínimo necessário de subsistência.

No Brasil, os estudos sobre a Pobreza Urbana ainda não ultrapassaram o nível de análise das suas relações estatísticas com algumas variáveis: taxa de desemprego/subemprego, nível de renda, nível de escolaridade, proporção de migrantes. Sendo reconhecidas as dificuldades que impedem o avanço, tanto no nível da elabora-

ção teórica do conceito, como na sua operacionalização, admite-se que "os estudos neste campo não vão além de mensuração do fenômeno e do grau de sua incidência" (Mata, 1979: 110). Identificam-se como dificuldades mais sérias no tratamento da questão: a utilização da renda monetária como único indicador para operacionalização, bem como a escolha do limite abaixo do qual uma família deve ser considerada pobre (Lodder, 1976: 47; Mata, 1979: 110). Na verdade questões referentes às condições econômicas e sociais de vida da família deveriam ser consideradas (localização espacial da moradia, tamanho da família, sua estrutura etária, etc.) além dos próprios aspectos culturais que informam necessidades diversas dos grupos em estudo. Em síntese, o conceito de Pobreza Urbana para Mata e Lodder deve estar referido à noção de mínimo necessário à subsistência de uma família (Mata, 1979) ou indivíduo (Lodder, 1976)³ considerando-se que este mínimo é determinado pelo padrão de vida alcançado pela sociedade. Neste sentido faz-se uma distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa (Mata, 1979: 107-109), entre dimensão quantitativa e qualitativa da pobreza urbana (Lodder, 1976: 44). O estudo de Martine & Peliano (1978) aponta algumas vantagens na utilização deste conceito já que permite, ao contrário do conceito de subemprego, detectar no setor econômico mais dinâmico situações de extrema precariedade salarial. Analisando as relações entre pobreza urbana e proporção de migrantes, aqueles autores constataam que a condição de pobreza "transcende a condição migratória" já que foram encontrados "sinais de convergência de todos os grupos (migrantes e naturais) para as categorias de renda e ocupação mais baixas" (Martine & Peliano, 1978: 123). Há de se considerar que estas ocupações de níveis salariais precários não são restritas ao setor não dinâmico mas estendem-se, também, pelo setor dinâmico através do setor industrial urbano e do subsetor da construção civil. Desta forma, explica-se a abrangência do conceito de Pobreza Urbana que, superando o de subemprego, apropriado apenas aos setores econômicos não-dinâmicos, questiona a visão dualista tradicional da economia. Entretanto, os autores alertam para o reduzido alcance explicativo do novo conceito uma vez que se fundamenta numa categoria analítica que se re-

³ Lodder aponta a dificuldade de se estimar a renda média familiar, razão pela qual utiliza a renda individual ressaltando, no entanto, que o "indicado seria utilizar renda familiar ou renda média familiar" (Lodder, 1976: 57).

ferre a agregados de indivíduos. Neste sentido perde a utilidade "para a compreensão de seus determinantes" e para a "sugestão de caminhos alternativos de política governamentais" podendo apenas "sugerir medidas do tipo assistencial" (Martine & Peliano, 1978: 157). Procurando evitar tal inconveniente estes autores definem operacionalmente a Pobreza Urbana através da vinculação entre estruturas ocupacionais e de renda, ou seja, da combinação dos aspectos da estrutura sócio-econômica com os aspectos da reprodução da mão-de-obra: "Neste sentido, adotar-se-á um conceito operacional de Pobreza Urbana que abranja a parcela da mão-de-obra ocupada em atividades de poucos requisitos de qualificação e com remunerações abaixo de um mínimo necessário à sua reprodução. O conceito proposto, portanto, refere-se ao estado de insuficiência de bem-estar sócio-econômico de uma determinada parcela da mão-de-obra urbana. Para tanto, combina-se o aspecto da reprodução dessa mão-de-obra, através de seu pagamento necessário para obter-se um mínimo de bens e serviços, com o aspecto da estratificação sócio-econômica, através de seu posicionamento ocupacional no mercado de trabalho. A combinação dos dois aspectos se justifica a partir da própria lógica do processo de acúmulo de capital que se apoia, em grande medida, na apropriação do excedente econômico dessa parcela de mão-de-obra" (Martine & Peliano, 1978: 125).

Observa-se assim que a orientação pragmática das análises econômicas sobre o subemprego e setores econômicos, a preocupação com a formulação de políticas que viessem a favorecer os estratos mais baixos de renda sem comprometer o ritmo de crescimento industrial ou de desenvolvimento econômico global, acabaram por levar, no âmbito da literatura voltada para a política econômica, ao deslocamento do foco de atenção do conceito de subemprego para o de Pobreza Urbana (distribuição da renda). Constatou-se que o primeiro conceito era por demais limitado para abranger a grande parte de situações concretas em que a população permanece subutilizada e sub-remunerada sem condições de um mínimo de subsistência. Nesta linha de argumentação, verificou-se que as políticas destinadas a erradicar o subemprego visavam o setor informal deixando de fora as franjas do setor formal onde se situa uma boa parcela de mão-de-obra subutilizada (especialmente no ramo das manufaturas e construção civil). Neste contexto de análise tornava-se imperioso um novo conceito que fosse capaz de incluir também esta população, no caso o conceito de Po-

breza Urbana. Afora as dificuldades de mensuração, este conceito apresenta uma forte limitação, especialmente no que se refere à sua capacidade de sugerir novos caminhos nas formulações de políticas anti-pobreza.

1.3 - O Setor Informal

Além do subemprego e da Pobreza Urbana, outra abordagem do mercado de trabalho que alcançou ampla aceitação foi a do setor informal. Apontando para a existência de setores diferenciados na economia urbana dos países menos desenvolvidos, alguns economistas recusaram o esquema analítico dualista ao reconhecerem graus de heterogeneidade no interior dos setores além de uma relação de complementariedade e concorrência entre os mesmos. Na verdade as críticas ao esquema de análise dualista bem como as dificuldades de mensuração e explicação dos determinantes da pobreza urbana acabaram por levar a uma nova concepção: a do setor informal.

Pesquisas e estudos realizados por técnicos da OIT e PREALC na África e América Latina e por economistas do IPEA e do INPES no Brasil, deram *status* a essa nova abordagem.

A concepção do setor informal proposta pelos economistas da PREALC aborda a questão a partir da análise da estrutura econômica global, pressupondo que a emergência do setor informal se deve ao modelo de desenvolvimento característico dos países latino-americanos nas últimas décadas. Observam que "o modelo de industrialização baseado principalmente na substituição de importações, permitiu alcançar, de modo geral, um ritmo aceitável de crescimento do produto, que não se refletiu, contudo, numa expansão correlata das oportunidades de emprego produtivo" (Souza & Tokman, 1976: 61). Os autores analisam o setor informal como o resultado da proporção da força de trabalho que não encontrando ocupação no setor moderno (ou formal) busca, com última alternativa para a sobrevivência, a criação de empregos de baixa produtividade; organiza-se, não em função da acumulação capitalista mas em função da sobrevivência econômica de seus agentes. Recusam, expressamente, o enfoque dualista, argumentando que ambos os setores contêm diferenciações internas que implicam em estruturas diferenciadas de mercado de trabalho e estruturas diferenciadas de remuneração (Souza & Tokman, 1976: 64).

Nesta linha de raciocínio definem o setor informal como "mercado de fácil entrada", no

sentido de que é composto por atividades pouco capitalizadas, com tecnologia simples e que requerem mão-de-obra pouco qualificada. Esta livre entrada é maior em atividades que estão inseridas em mercados onde existe concorrência e não se verificam ganhos oligopólicos. A "facilidade de entrada" se reflete, entre os trabalhadores independentes, na criação de novos empregos de baixa produtividade, segundo a demanda de bens e serviços no mercado (Souza & Tokman, 1976: 63, 66).

Em síntese, o setor informal é definido em função de suas características tecnológicas, de organização e de posição e inserção no mercado: ele se constitui por um conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas, que utilizam processos tecnológicos simples e que estão inseridas em mercados competitivos ou na 'base' da estrutura produtiva em caso de mercados oligopólicos concentrados" (Souza & Tokman, 1976: 67). Quanto às características da mão-de-obra ocupada neste setor, pesquisas de campo realizadas em El Salvador, Paraguai, Equador e República Dominicana, apontaram para a preponderância de mulheres, trabalhadores com menor nível de educação e populações migrantes de origem rural; quanto à estrutura de emprego, as pesquisas mostraram ser o setor informal responsável pelo emprego de uma parte significativa dos serviços financeiros. As ocupações no interior do setor informal estão vinculadas a atividades da indústria manufatureira, do comércio e de serviços pessoais (onde estão incluídos os indivíduos que prestam serviços domésticos remunerados, aqueles ocupados em pequenas empresas comerciais e a maior parte dos trabalhadores por conta própria) (Souza & Tokman, 1976: 72).

Uma caracterização mais abrangente do setor informal é fornecida por Raczynski (1977) que, examinando a literatura internacional, mostra como os vários autores analisam a questão a partir de recortes distintos, dentre os quais sobressaem: 1) o do aparato produtivo; 2) emprego e mercados de trabalho.

Na perspectiva do aparato produtivo a característica básica do setor informal é o fato de não se referir especificamente a um setor econômico nem a um ramo de atividade, não devendo tampouco ser associado com ocupações específicas. Trata-se, na verdade, de uma segmentação que cruza categorias setoriais e ocupacionais (Raczynski, 1977: 10). O setor poderia ser definido como constituído por dois tipos de unidades produtivas: o caso típico é o da unidade integrada exclusivamente por um trabalhador

independente (o conta própria – setor autônomo); também integram o setor pequenas unidades produtivas cujo tamanho não ultrapassa 50 pessoas ocupadas. As unidades produtivas informais dispõem de escasso capital, utilizam uma tecnologia tradicional (não importada) e intensiva de mão-de-obra; conseqüentemente é baixa a qualificação da mão-de-obra; o não parcelamento de tarefas, seja na produção de um bem, seja na prestação de um serviço, é outra característica do setor; nas unidades produtivas, a estrutura organizacional é difusa e personalizada, sendo a divisão do trabalho pouco complexa; a fixação da jornada e o ritmo de trabalho dependem, por outro lado, do trabalhador e do seu grupo familiar; admissões às unidades produtivas encontram-se subordinadas a critérios familiares, de parentesco ou de amizade. Salienta-se, ainda, que as unidades informais são de baixa produtividade, concentrando o subemprego existente na sociedade, sendo pequena a capacidade de acumulação de capital nas empresas e baixa a sua capacidade de expansão. Finalmente o setor informal é visto como dependente do setor formal, recebendo pouco incentivo por parte do Governo. Sugere-se que o setor informal se desenvolve basicamente por manter relações funcionais com as unidades produtivas capitalistas, ajudando a estas e ao sistema global a gerar excedentes e, conseqüentemente, a acumular (Raczynski, 1977: 16, 17).

Na perspectiva do emprego e dos mercados de trabalho, a resenha de Raczynski aponta, além de outros aspectos, características mencionadas no estudo anteriormente referido de Souza & Tokman (1976). O setor informal urbano é percebido primeiramente como um setor de "fácil entrada", proporcionada pela ausência de barreiras administrativas e pelos escassos requisitos seja de capital físico ou humano. Sua mão-de-obra apresenta alta taxa de rotatividade e instabilidade ocupacional. Este setor se constitui como mercado prioritário para aqueles em início de vida economicamente ativa ou em final de vida produtiva. Além disso, preenche os migrantes a função de trampolim na sua inserção na economia urbana. Absorvendo basicamente mão-de-obra não qualificada o setor permite a aquisição de certas habilidades, via a própria experiência de trabalho. Outra regularidade apontada diz respeito ao baixo nível de produtividade e renda da mão-de-obra, sendo que vários estudos indicam ser a renda média do setor informal inferior àquela auferida pelos integrantes do setor formal. Esse diferencial de renda se explicaria por fatores tais como escolaridade, idade e experiência de trabalho, dos

integrantes do mercado informal (Raczynski, 1977: 25).

No Brasil, a partir de década de 70, foram realizadas pesquisas empíricas sob o enfoque teórico de setor informal. Dentre os raros trabalhos que tratam da composição e do funcionamento de tal setor destacam-se o trabalho pioneiro de Merrick (1976) sobre Belo Horizonte e o de Berlink (1977) sobre Campinas, bem como aqueles realizados para a SUDENE por Cavalcanti (1978) em Recife e Cavalcanti & Duarte (1980) em Salvador e Fortaleza. Merrick mostra a importância das atividades informais no mercado de trabalho de Belo Horizonte que, em 1972, correspondiam a 31% do total do emprego urbano (Merrick, 1976: 40). Cavalcanti, por sua vez, utilizando a literatura internacional como quadro de referência, levanta inicialmente as características dos "trabalhadores tipicamente informais" nas cidades pesquisadas, para a seguir centrar sua análise no consumo dos serviços que oferecem, dando especial ênfase ao perfil do consumidor do setor informal. Conclui que a demanda destes serviços se estende a "todas as faixas da população, variando a natureza e o volume da procura apenas segundo os patamares de poder aquisitivo" (Cavalcanti, 1978: 120).

A problemática do setor informal também vem sendo discutida por técnicos do IPEA e do INPES, que se interessaram pelo tema a partir de uma preocupação mais ampla com a distribuição de renda e emprego, foco central de estudo dos economistas ligados ao Ministério do Planejamento em meados de 1970.

Na verdade, foi o interesse por parte do Governo com a pauperização crescente de amplos segmentos da população urbana que levou o II PND a vincular entre si a política econômica, a política social e o planejamento urbano (Tolosa 1977), e seus técnicos a desenvolverem pesquisas sobre a distribuição de renda, as oportunidades de emprego nos mercados urbanos, os fluxos migratórios, o crescimento das cidades, a pobreza urbana e o setor informal. No conjunto destes trabalhos sobressaem aqueles realizados por Almeida (1974), Manso de Almeida e Silva (1974), Costa (1975), Goodman (1975), Melo e

Souza (1976), Lodder (1976), Ozório de Almeida (1976), Martine (1976), Peliano (1977), Martine e Peliano (1978), Mata (1979), destacando-se os estudos de Tolosa (1976, 1977) que centralizou suas investigações nos padrões de subutilização da mão-de-obra em cidades de grande e médio porte das áreas metropolitanas, com altas taxas de crescimento populacional submetidas a grande pressão demográfica. A este elenco de trabalho veio juntar-se um estudo sobre as relações entre migrações internas e distribuição da renda (Ministério do Interior, 1976), destinado como os anteriores, a fornecer subsídios para a formulação de políticas. Contando com uma massa de informações provenientes de pesquisas da FIBGE, todos estes trabalhos tomaram por base dados dos Censos Demográficos, dos Censos Econômicos, dos Censos Industriais, das PNADs e dos Anuários Estatísticos, reconhecendo expressamente suas limitações.⁴

Apesar de considerar diferentes marcos divisórios na economia urbana, tais como "moderno" e "informal" (Souza, 1976; Mata, 1979) "moderno" e "tradicional-formal" e "tradicional-informal" (Tolosa, 1975), "formal" e "informal" (Almeida Osório, 1976), observa-se nestes trabalhos um consenso quanto à composição e funcionamento do chamado setor informal. Os estudos que sobressaem nesta linha são os de Almeida Osório (1976) e Peliano (1977). No primeiro que trata de responder à indagação sobre a maior expansão de emprego no setor terciário do que no industrial, nota-se a preocupação em explicar o crescimento e persistência do setor informal como decorrência da expansão do setor formal. Ou seja, para Almeida Osório (1976) os mecanismos que garantem o crescimento de atividades do setor informal se traduzem na tendência industrial em subcontratar os serviços baratos (da mão-de-obra do setor informal) e na inviabilidade de alternativas "modernas" nas operações intensivas em trabalho (dado o baixo custo de mão-de-obra *versus* custos elevados das modernas tecnologias). Salienta ainda a autora que esta última característica aliada àquela de não produção de bens comercializáveis internacionalmente, desestimula o se-

⁴ Estas limitações estão ligadas principalmente a questões como variação entre Censos de diferentes anos, critérios de definição da População Economicamente Ativa (PEA) e critérios de classificação entre setores; aponta também variação de categorias ocupacionais bem como ausência de informações sobre questões básicas como duração do trabalho, tamanho médio de família, renda familiar (Almeida, 1974; Manso de Almeida e Silva, 1974; Ozório de Almeida, 1976; Lodder, 1976).

tor formal, nacional ou estrangeiro, em competir com o setor informal (Almeida Osório, 1976: 24, 25, 39, 42). Em suma, observa que é a natureza das transações que dá o nome de informal ao setor menos capitalizado da economia urbana, ou seja, "a própria informalidade faz com que uma série de atividades urbanas absorvam mão-de-obra que não encontra emprego melhor remunerado no resto da economia (...). A semiclandestinidadade do setor informal se aproveita das vantagens paralegais da pequena escala para reduzir custos de operação. A atividade itinerante evita os custos de locação e dificulta a fiscalização de preços. O emprego do trabalho familiar corta os custos do trabalho, salário e previdência social, horas extras, etc. (Almeida Osório, 1976: 39).

Peliano em estudo sobre a caracterização da pobreza urbana nas nove Regiões Metropolitanas, ressalta como característica básica do setor informal o seu importante papel na absorção de mão-de-obra migrante, alertando entretanto que a migração não é responsável pela existência do setor; em segundo lugar, observa que o setor informal pode estar absorvendo mão-de-obra por sua própria dinâmica interna, não exercendo necessariamente um papel de passagem para o setor formal (Peliano, 1977: 37; Martine & Peliano, 1978: 144). No que se refere às características da mão-de-obra, o autor concorda com os demais autores quanto ao nível de qualificação, remuneração, instrução e participação de jovens, mulheres e migrantes recentes na composição total da força de trabalho do setor (Peliano, 1977: 37).

I.4 - *A Abordagem Geográfico-Espacial: os Dois Circuitos da Economia Urbana*

No conjunto da literatura cumpre distinguir uma quarta abordagem de natureza econômica que se denominará aqui de geográfico-espacial. Resultando de trabalho de alguns geógrafos, este enfoque contribui, de forma específica, para a localização econômico-espacial do que vem sendo chamado de "pobreza urbana" ou trabalhadores do setor informal. Um exemplo significativo desta abordagem é fornecida por Milton Santos para quem o surgimento da pobreza urbana é o resultado de certas "deformações", nos países subdesenvolvidos, do "processo de desenvolvimento pela modernização tecnológica" (Santos, 1979). Partindo da suposição de que existe uma especialização funcional de áreas geográficas (no que concerne à concentração de recursos que propiciam o processo de

desenvolvimento pela modernização tecnológica e à dispersão dos padrões de consumo gerados nessas áreas), o autor desenvolve um modelo onde distingue dois espaços geográfico-econômicos cujas relações de "complementaridade" e "concorrência" (Santos, 1979: 204) dinamizam o processo de desenvolvimento em curso nos países subdesenvolvidos. Estes espaços são os chamados Circuito Superior e Circuito Inferior de atividades econômicas. Se o primeiro é identificado com o setor moderno, o segundo não pode ser confundido com o setor tradicional uma vez que é "produto da modernização e está em permanente processo de transformação e adaptação" (Santos, 1979: 30). Da mesma forma, a noção destes dois circuitos não deve ser confundida com a noção de um "dualismo" fragmentário ou dicotômico uma vez que os dois circuitos têm "a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados" (Santos, 1979: 43).

Segundo o modelo, cada circuito deve ser definido pelo conjunto de atividades econômicas que nele se processam e pela população que dele se beneficia. No circuito superior predominam as atividades bancárias, do comércio exterior e da grande indústria. No circuito inferior, cuja característica básica é a "facilidade de entrada", multiplicam-se as atividades de artesanato, serviços e pequeno comércio (referência especial é feita ao trabalho autônomo constituído, principalmente, por trabalho por conta própria (Santos, 1979: 174). No que se refere à população que integra cada um dos circuitos o autor ressalta que apesar de existirem grupos sócio-econômicos predominantes em cada um deles, todas as camadas da população consomem e exercem atividades fora do circuito a que pertencem. Desta forma, indivíduos diretamente ligados ao circuito inferior podem participar temporária ou ocasionalmente do circuito superior.

O quadro seguinte permite uma visualização abrangente das características econômicas de cada um dos circuitos.

O autor sustenta que existe uma relação entre os dois circuitos e o espaço que preenchem na rede urbana. Assim, na medida em que crescem as cidades, expandem-se as atividades do circuito superior, que geram por sua vez o crescimento de atividades do circuito inferior, aumentando a importância deste com o tamanho da cidade: "enquanto nas cidades pequenas elas (as atividades do circuito inferior) substituem os serviços modernos às vezes existentes, nas grandes cidades elas existem apesar do grande número de serviços modernos, para responder à

Quadro 1

Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	pessoal não-institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceto produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	frequente
Overhead capital	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: Santos, 1979:34

demanda de uma numerosa população pobre” (Santos, 1979: 274).

O autor chama atenção ainda para o fato de que nas metrópoles, as favelas representam o *locus* por excelência das atividades do circuito inferior, considerando que não há oposição entre favela e “centro”, mas “oposição entre circuito inferior e superior”: certos habitantes das favelas escapam do circuito inferior, existindo toda uma população não-favelada que ao mesmo se vincula pela atividade econômica e pelo consumo.

Outro estudo expressivo desta abordagem é o de McGee (1976) que trabalha com a categoria de “protoproletariado” cuja identificação e descrição se fazem a partir do modo de produção no qual está inserido. Distinguindo três modos diferentes de produção – o capitalista, o socialista e o camponês – o protoproletariado ligado ao último deles, subsistindo nas cidades do terceiro mundo e se caracterizando pela necessidade do “empresário individual” em utilizar “suas provisões totais de mão-de-obra”.

Constituindo-se de “uma população que está, em termos amplos, comprometida dentro de um sistema de produção camponês que denominamos o setor informal” (McGee, 1976: 112) esta parcela da população urbana exerce basicamente atividades de distribuição (comércio e transporte), de serviços e atividades industriais (indústrias clandestinas). O autor aponta, ainda, como traços característicos a flexibilidade de tempo e de compromisso ocupacional. Um terceiro ponto que é saliente diz respeito às vantagens pessoais e sociais para permanecer no setor apesar dos baixos ingressos aí auferidos (McGee, 1976: 120). Finalmente, o autor salienta que a baixa renda das famílias protoproletárias, leva as mesmas a se instalarem em áreas que lhes permite não só reduzir os seus gastos em habitação e transporte como exercer suas atividades econômicas burlando as leis que vigoram no setor formal. Como exemplo o autor cita a produção de alimentos (sujeita a medidas de caráter higiênico) e o emprego da força de trabalho familiar em todas as idades. Coincidin-

do em muitos pontos com a abordagem do setor informal, a perspectiva geográfico-espacial acrescenta pelo menos dois aspectos importantes para a compreensão da problemática que vem sendo aqui tratada: em primeiro lugar a relação entre o crescimento da rede urbana e a expansão dos circuitos econômicos; em segundo lugar a relação entre os circuitos e a localização geográfica da população que deles participa.

II – O Mercado de Trabalho na Abordagem Sociológica: as Diferentes Formas de Organização da Produção

Na literatura especializada sobre o funcionamento da economia urbana cumpre distinguir um enfoque teórico que busca compreender o processo econômico através das diferentes formas como se organizam as atividades de produção. Postula-se que os setores (ou subsetores) econômicos mais dinâmicos numa economia não são, via de regra, aqueles que oferecem maior volume de emprego; ao contrário absorvem relativamente pouca mão-de-obra, já que se constituem naqueles que se capitalizam mais rapidamente e neles a produtividade do trabalho tende a ser mais alta (Jelin, 1974: 53).

Considerando-se que no modelo de crescimento econômico o modo de produção capitalista é dominante, mas absorve relativamente pequena parcela de trabalhadores, procura-se identificar de que forma e com que níveis de rendimento a população economicamente ativa que não está diretamente vinculada nem ao emprego no setor econômico dinâmico, nem no setor estatal de produção, participa da produção social. Parte integrante do sistema econômico global, as atividades econômicas organizadas em moldes não capitalistas não têm a sua existência garantida: a sua permanência depende da centralidade das vantagens que oferecem à expansão e acumulação do capital. Embora dito das mais variadas formas, estas vantagens podem ser sinteticamente enumeradas da seguinte maneira: facilita o processo de acumulação; assegura a persistência do exército de reserva “no limite do equilíbrio entre a manutenção dos baixos salários e contenção do desemprego em massa”; estimula o consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, facilitando a sua circulação, e finalmente, contribui para diminuir os custos de reprodução da força de trabalho engajada na produção capitalista (Kowarick, 1975: 172; Oliveira, 1975: 26; Prandi, 1978: 36, 37, 40; Carvalho & Souza, 1980:

93; Singer, 1980: 41). Estas vantagens refletem o relacionamento dinâmico entre o desenvolvimento econômico, o modo de produção capitalista e outras formas de produção não estatais cujas atividades sobrevivem enquanto não podem ser organizadas com vantagem pelo capital ou enquanto oferecem vantagens para a sua expansão. A transferência das atividades de produção realizadas por conta própria ou em pequena escala para a produção em grande escala, acarreta ou o “desemprego disfarçado” ou a incorporação de trabalhadores, em geral jovens, às grandes empresas, num processo crescente de proletarianização da população trabalhadora. Fora da esfera capitalista, só se pode compreender a atividade produtiva levando-se em conta a sua função de “reprodução de condições estruturais que permitem, auxiliam ou amparam a reprodução de uma sociedade cujo esteio fundamental é a proletarianização crescente das classes trabalhadoras” (Prandi, 1980: 164).

Considerando que a produção é o “conjunto de atividades, não só econômicas, mas políticas e sociais, do qual resultam o sustento da população e a sua reprodução” ou que “participa da atividade produtiva não só os que exercem trabalho produtivo *stricto sensu*... mas também os que realizam atividades de controle (governamentais, jurídicas, policiais, sanitárias, etc) destinadas a manter e reproduzir a ordem constituída” (Singer, 1980: 44), o modelo para a análise do processo produtivo utilizado neste enfoque, identifica quatro formas diferentes de organização da produção: 1) a *Forma de Organização Capitalista*. Esta caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção, tendo como central a empresa-trabalhador; a mão-de-obra utilizada é assalariada a qual participa diretamente da produção de valor excedente (mais-valia); 2) a *Produção Estatal*, onde o emprego se rege formalmente por critérios e relações de trabalho burocráticas. Pertencem à esta forma de produção as atividades do Poder Público (finanças, fiscais, estatísticas, de governo, política, forças armadas, tribunais, etc.) e as atividades sem fins de lucro (educacionais, sanitárias, sindicais, políticas) realizadas por entidades estatais, religiosas, associativas etc. (Singer, 1980: 46); 3) a *Produção Simples de Mercadoria*, baseada em produtores independentes que vendem bens e serviços a clientes. Neste caso o produtor controla os meios de produção, as relações de trabalho se verificam com clientes e não com patrões. As atividades realizadas como produção simples de mercadoria sofrem diferentemente o impacto da expansão da economia

capitalista: algumas sucumbem, outras resistem e outras são estimuladas já que apresentam vantagens nítidas para o capital; 4) a *Economia Doméstica*, consistindo nas atividades produtivas que se realizam no âmbito dos domicílios tendo em vista a satisfação das necessidades imediatas de seus membros, ou seja, é na esfera da economia doméstica que se dá a reprodução da força de trabalho direta ou indiretamente a serviço do capital. O salário percebido pelos membros da família constitui a base material da produção doméstica. Quando este salário se torna insuficiente outros membros da família são integrados em atividades que geram alguma remuneração, podendo ser estas atividades domiciliares ou extra-domiciliares. A *Economia Doméstica* integra-se na economia urbana de duas formas: a) pelo recrutamento de mão-de-obra assalariada para a produção não mercantil de bens e serviços no âmbito das famílias de altas rendas; e b) pelo oferecimento, no mercado, do "excedente" da produção doméstica das famílias de baixas rendas (Jelin, 1974; Singer, 1980).

Pesquisas de campo realizadas notadamente em Salvador⁵ levaram ao refinamento deste modelo teórico pautado nas formas de organização da produção, sugerindo por outro lado, novas questões: como se relacionam as formas de produção simples de mercadoria, a economia doméstica, a produção Estatal e o desenvolvimento econômico capitalista; por que algumas atividades tendem à extinção enquanto outras são continuamente realimentadas à medida que se expande o capitalismo (Singer, 1970; Jelin, 1974; Kowarick, 1975; Carvalho & Souza, 1980). Numa outra dimensão averigua-se o processo de passagem para o trabalho autônomo ou por conta própria, os mecanismos de que se utilizam os produtores simples de mercadoria tanto para garantir a sua estabilidade ocupacional como para manter a sobrevivência de sua família (Prandi, 1980; Vianna, 1980).

II.1 – *Trabalhadores por Conta Própria ou Produtores Simples de Mercadoria*

O trabalho por conta própria, ocupação típica do setor informal (Raczynski, 1977: 10) é visto pelos dualistas e pelos autores que trabalham com o conceito de subemprego, como uma categoria ocupacional internamente indiferenciada. É distinta entretanto a concepção daqueles estudiosos que não se vinculam à tradição da análise econômica. Utilizando num mesmo sentido os termos "trabalhadores por conta própria", "produtores simples de mercadorias" e "produtores independentes" – para designar as formas de trabalho que não geram mais-valia – sociólogos e antropólogos chamaram a atenção para a heterogeneidade existente no interior de tais categorias. Estabelecem num primeiro nível uma diferenciação entre "trabalhadores autônomos", "conta própria regular" "conta própria irregular" e "biscateiro" (Singer, 1980); entre "biscateiro", "biscateiro profissional" e "biscateiro não profissional" (Souto de Oliveira & Prado, 1975)⁶. Num segundo nível apontam para uma grande variação nos modos como se incorporam no mercado de trabalho urbano (Machado da Silva, 1971, 1979; Souto de Oliveira & Prado, 1975; Ribeiro, 1977; Lopes & Machado da Silva, 1979; Prandi, 1978, 1980); nos níveis de renda de tais trabalhadores (Prandi, 1980). Finalmente, também existe uma preocupação com os processos de transferência para o trabalho por conta própria, com as razões que levam parcelas da força de trabalho a se engajarem nas atividades econômicas autônomas, seu "desejo de independência" ou de segurança conferida pelas Leis trabalhistas e previdenciárias (Machado da Silva, 1971, 1979; Carvalho, 1976; Ribeiro, 1977; Prandi, 1978; Vianna, 1980; Carvalho & Souza, 1980).

Uma questão que emerge nestes estudos é a de se explicar como desaparecem, sobrevivem e

⁵ Estes estudos se desenvolveram no âmbito de um convênio do CEBRAP com o Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia redundando na publicação do livro *Bahia de Todos os Pobres* (1980).

⁶ Com o propósito de abranger a multiplicidade concreta das várias formas de inserção no mercado de trabalho urbano, sem contudo fragmentar as chamadas classes populares urbanas, Ribeiro (1977) propõe a utilização do termo "trabalho intermitente". Segundo esta autora, uma das vantagens da utilização da categoria teórica do trabalho intermitente é a de que a mesma extrapola o nível de análise individual (biscateiro, autônomo, assalariado, etc.) e expressa globalmente a natureza das relações de trabalho e de produção viabilizadas pelas condições políticas e sociais cristalizadas pelos mecanismos institucionais que regulam as situações de trabalho.

se expandem as atividades econômicas do modo de produção simples de mercadorias. Na literatura sociológica ora considerada, os produtores simples de mercadoria só resistem à expansão da economia capitalista até o momento em que as atividades econômicas que exercem contribuem de maneira vantajosa para o processo de acumulação. A partir do instante em que torna-se mais vantajoso para o capital produzir os bens e serviços que antes "importava" do setor autônomo, estas atividades tendem a desaparecer, deixando freqüentemente "desempregados disfarçados" que só encontram o meio de sobrevivência no exercício de atividades econômicas de ínfima produtividade; outras vezes, o desaparecimento daquelas atividades contribui para o processo de proletarianização de parcelas da força de trabalho (Singer, 1970; Kowarick, 1975; Prandi, 1978; Carvalho & Souza, 1980). Neste processo dinâmico, Singer e Carvalho & Souza identificam tendências diversas para as atividades realizadas como produção simples de mercadoria que coexistem com as formas de produção organizadas em moldes tipicamente capitalistas (Singer, 1970; Jelin, 1974; Kowarick, 1975; Prandi, 1980; Carvalho & Souza, 1980). Três são as tendências apontadas:

1) Atividades com tendências à extinção. Sendo uma herança do passado, grande parte destas atividades já foram incorporadas pela produção em grande escala. São, por isto mesmo, atividades de ínfima produtividade (verdureiros, alfaiates, bordadeiras, engraxates, carroceiros, etc.) que absorvem a grande parcela de "desempregados disfarçados" situada nos limites da mendicância (Singer, 1970:55). Vistas como "núcleo residual" da produção organizada em moldes mais modernos, este conjunto de atividades reúne, geralmente, trabalhadores de mais idade que já não têm condições de emprego noutro setor⁷. Estas atividades entram em extinção ou pela penetração do capital onde, anteriormente, eram exercidas por produtores simples de mercadoria ou por pequenas empresas familiares; ou ainda são destruídas uma vez que seus produtos perdem o valor de uso, deixando de ser socialmente necessários (Carvalho & Souza, 1980: 85, 86; Prandi, 1978: 48, 49).

2) Atividades com tendências a sobreviverem permanecendo significativas no que diz respeito à capacidade de absorção de mão-de-obra. Permanentemente ameaçadas pelas empresas capitalistas, a sobrevivência destas atividades é garantida pela existência de uma ampla camada de população de baixa renda, principal consumidora destes serviços, e pelo volume reduzido de capital requerido para movimentar os negócios. São vistas, ainda, como atividades que sobrevivem apenas em áreas onde a reduzida dimensão do mercado não comporta a aplicação de técnicas mais modernas de produção (Singer, 1970: 54). Outros autores caracterizam este tipo de atividade pelos ganhos inferiores, instabilidade ocupacional, desvinculação da proteção trabalhista e previdenciária, jornadas parciais ou prolongadas de trabalho e níveis de vida bastante precários. Exercidas por conta própria, incluem as ocupações em serviços domésticos, artesanato, pequeno comércio ambulante ou estabelecido, prestação de serviços (Carvalho & Souza, 1980: 86, 89).

3) Atividades com tendência à plena expansão. São atividades que proporcionam aos trabalhadores que as exercem uma situação de franco privilégio no mercado. Sua permanência e expansão é garantida pelo respaldo que dão ao setor capitalista de produção, seja na distribuição dos produtos de consumo daquele setor, entre as populações de baixa renda, seja pela manutenção e reparo dos produtos de consumo durável. Encontram-se, neste grupo, as ocupações exercidas por conta própria como por exemplo, encanadores, eletricitistas, mecânicos, metalúrgicos, marceneiros, etc. Os trabalhadores profissionais destes ramos são originários, de modo geral, de grandes empresas onde, na maioria das vezes, adquiriram as qualificações exigidas para o exercício da profissão (Carvalho & Souza, 1980: 90, 91). Estas atividades se expandem pela inexistência de tecnologia adequada que justifique a aplicação vultosa de capital. Mas, à medida que a atividade amadurece, permitindo a aplicação de fatores complementares à atividade do trabalhador (elevando a produtividade do trabalho) tais atividades tendem a ser incorporadas pelas empresas capitalistas (Singer, 1970: 54).

⁷ São os seguintes os obstáculos, enumerados por Singer, para a incorporação destes trabalhadores em atividades mais produtivas do setor moderno: imobilidade da força de trabalho no espaço por falta de recursos e/ou relutância em abandonar a terra natal; insuficiência no preparo técnico e psicológico para se adaptar às atividades econômicas mais modernas; preconceitos de raça, sexo e idade (Singer, 1970: 55).

Outras questões mais amplamente discutidas na literatura sociológica aqui apresentada relacionam-se aos processos de transferência para o trabalho por conta própria, à problemática mais específica das formas de exercício desta atividade e aos níveis de renda tanto dos trabalhadores não-assalariados como dos assalariados.

Prandi (1978) se refere expressamente aos processos de transferência para o trabalho por conta própria, distinguindo, analiticamente, entre a "transferência por opção" e a "transferência por expulsão" do mercado de trabalho. No primeiro caso o indivíduo deixa de "vender a sua força de trabalho para produzir bens e serviços que devem ser "socialmente úteis", ou seja, o trabalho autônomo só pode subsistir se existe mercado para seus produtos, caso contrário, passa a constituir o chamado grupo de "desempregados disfarçados". No segundo caso, "ele é expulso do mercado (...) não há comprador para a sua força de trabalho"; transforma-se em trabalhador autônomo à sua própria revelia. Mas neste caso há de se considerar as situações em que o indivíduo assume trabalho por conta própria sem, contudo, nunca ter sido um assalariado (Prandi, 1978: 48, 49, 85-87). A transferência por opção para o trabalho por conta própria, implicitamente, só pode ser observada entre trabalhadores que possuem algum treinamento profissional em atividades socialmente necessárias. Mas, acrescenta Prandi, deve-se considerar o fato de que, na prática, torna-se difícil distinguir estes dois processos facilmente identificáveis no plano analítico. Ocorre mais freqüentemente que a transferência por expulsão pode estar "mascarada em opção" (Prandi, 1978: 86). Investigações empíricas têm procurado captar esta diferenciação dos processos de passagem para o trabalho autônomo através do grau de satisfação/insatisfação com o trabalho por conta própria e da preferência pelo trabalho assalariado regular. Constatou-se em pesquisa realizada em cidades do interior baiano, que a maioria destes trabalhadores preferiam o emprego assalariado ou por razões ligadas ao nível salarial, ou pela estabilidade e proteção previdenciária, ou por ambos os motivos (Carvalho, 1976: 100, 101).

O estudo dos níveis de qualificação permite distinguir formas diversas de exercício do trabalho por conta própria. Neste sentido, Singer diferencia a conta própria regular do irregular. Integram a primeira categoria aqueles que "exercem determinadas atividades o tempo todo" e são denominados "profissionais autônomos"; os segundos, são os que realizam diversas atividades sucessivamente, de acordo com a demanda do mercado, sendo denominados "biscateiros" (Singer, 1980: 54). Prandi acrescenta outras dimensões à diferenciação entre conta própria regular e irregular, baseado no grau de estabilidade ocupacional, na posse ou não dos instrumentos de trabalho e de capital mínimo para a realização das atividades (pequeno estabelecimento comercial, oficina de consertos, veículo de transporte de carga ou passageiros, etc.) O conta própria irregular, "marreteiro" ou "biscateiro" disposto a realizar tarefas de baixa ou nula qualificação, vive à espera do trabalho assalariado regular, alternando períodos de trabalho autônomo, com o de trabalho assalariado e o desemprego (Prandi, 1980: 129, 130).

Relativamente ao nível de renda, são unânimes as constatações de que baixos níveis são prováveis de ocorrer entre os trabalhadores autônomos que ingressam ou que persistem em atividades que compõem o núcleo residual do modo tipicamente capitalista de produção (Singer, 1970; Prandi, 1980; Carvalho & Souza, 1980). Em contraposição, os níveis de renda são mais elevados entre os conta própria regulares, ou seja, aqueles que exercem ocupações que respondem às necessidades do desenvolvimento econômico capitalista. Singer, no entanto, propõe que o nível de renda dos indivíduos participantes do processo produtivo varia não só em função da ocupação que exercem mas também, em função do modo de produção em que estão inseridos, bem como em função de características pessoais tais como sexo e idade (Singer, 1980: 61).

Finalmente, análises estatísticas das informações dos Censos Demográficos empreendidas por autores que compartilham desta mesma perspectiva teórica mostram as tendências globais da expansão de determinadas atividades autônomas. Lúcio Kowarick, por exemplo, anali-

⁸ O autor não exclui a possibilidade da combinação entre trabalho autônomo e trabalho assalariado. Prandi se refere a esta situação propondo que "O trabalho por conta própria (...) é muitas vezes desempenhado não como alternativa ao assalariado mas como maneira complementar que permite aumentar o rendimento necessário ao suprimento das necessidades mínimas familiares" (Prandi, 1978: 44).

sa, a nível de Brasil, como certas atividades "marginais" à expansão econômica capitalista são imprescindíveis ao processo de industrialização: "é digno de realce que as regiões, que relativamente menor parcela de autônomos masculinos perderam, são justamente as mais industrializadas, ou sejam São Paulo e Guanabara. Tal questão recoloca (...) se não a criação de modalidades de inserção marginal na divisão do trabalho, pelo menos a sua manutenção, posto que é onde a indústria se concentra, que menos se destroem os serviços autônomos ligados à reparação e conservação de seus produtos" (Kowarick, 1975: 164).

III – A Abordagem Antropológica: seu Modelo de Análise e suas Bases Empíricas

Se na abordagem sociológica os estudos mostram distinções significativas de modalidades de trabalho não-assalariado, de suas tendências evolutivas segundo o ritmo de desenvolvimento econômico-capitalista, na abordagem antropológica são enfocados os modos de manipulação do mercado de trabalho urbano através das técnicas cotidianas de busca de segurança na ocupação e de sobrevivência nos períodos de inatividade. De início faz-se necessário uma revisão ampla do modelo proposto por Machado da Silva (1971) para o estudo da dinâmica interna do trabalho manual nas áreas urbanas. Este modelo tem inspirado uma série de outros estudos que serão aqui referidos.

Reconhecendo no mercado de trabalho o que chamou de Mercado Formal (FM) e Mercado Não Formal (MNF), o autor identifica comportamentos diversos dos trabalhadores no que se refere ao controle dos mecanismos e condições do MF, MNF ou ambos simultaneamente. O MF e MNF são definidos como altamente institucionalizados, sendo que esta dicotomia é estabelecida apenas no nível jurídico: o MF se caracteriza pela predominância do emprego com "carteira assinada" que traz vantagens não somente relativas à proteção das leis trabalhistas e previdenciárias, com também relativas ao "reconhecimento social" do trabalhador que a possui. O MNF, por sua vez, se caracteriza pela "invisibilidade" jurídica, ou seja, as atividades

econômicas aí desenvolvidas não têm nenhum reconhecimento oficial tendo o trabalhador autonomia no estabelecimento do tempo de trabalho, do preço do produto ou serviço que oferece (Machado da Silva, 1971; Souto de Oliveira & Prado, 1975)⁹. Concebendo um *continuum* no mercado de trabalho entre o emprego (MF) e a ocupação (MNF), Machado da Silva identifica o que chama de "espaços limiares" entre as duas modalidades de trabalho; este espaço representa uma abstração analítica e indica a impossibilidade de "oposições irreconciliáveis" entre as situações de trabalho que compõem o mercado urbano de trabalho manual. As situações concretas mostram que a interpenetração de situações de trabalho fazem parte dos vários modos de manipulação do mercado de que se utilizam os grupos de trabalhadores manuais (Machado da Silva, 1971: 52, 53; Souto de Oliveira, 1980: 41).

Das variáveis que descrevem o MNF duas merecem especial atenção: a "personificação" das relações de trabalho e as ocupações "típicas" do MNF. A "personificação" das relações de trabalho é vista como a base sobre a qual se estrutura a atividade econômica do MNF. As relações pessoais entre trabalhadores e clientes permite aos primeiros alcançar a garantia de venda mínima de sua força de trabalho através da criação de uma rede de contatos que contribui para a ampliação dos laços de clientela. Mas, a "personificação" das relações de trabalho não adquirem importância estratégica naquelas ocupações cuja exigência de qualificação é alta; contrariamente, é crucial nas atividades que exigem baixos níveis de conhecimento específico. Contudo, é na relação interpessoal de trabalho que se fundamenta grande parte da capacidade de barganha no mercado, sendo que desta depende a estabilidade da ocupação e a garantia de regularidade dos ingressos. Não sendo determinada apenas pelo grau de qualificação profissional, a capacidade de barganha envolve o talento do trabalhador em desenvolver e manter uma rede apropriada de contatos, a dependência de patrões "estrategicamente localizados", a simpatia pessoal e a auto-confiança... (Machado da Silva, 1971: 35, 36). É importante assinalar ainda que a capacidade da barganha é exercida não somente para ampliar os laços de

⁹ A autonomia do trabalhador na fixação do preço do produto não é irrestrita; depende, entre outros fatores, da disponibilidade financeira do trabalhador no momento da execução do trabalho; da existência de um consumidor alternativo; da tentativa de fortalecimento e criação de laços de clientela e mesmo das condições de concorrência no mercado (Machado da Silva, 1971: 35).

clientela que se estabelece entre trabalhador e freguês mas estende-se ao círculo de colegas e profissão. Estabelecendo laços de compromissos estes subgrupos de trabalhadores, tanto garantem a permanência do freguês dentro do mesmo círculo de relações, como *criam relações de amizade profissional* que são manipuladas nos períodos de escassez de trabalho (Souto de Oliveira & Prado, 1975: 351, 352). Por outro lado, a rede de clientela é um fator que atua fortemente nas possibilidades de passagem de “biscateiro profissional”¹⁰ para autônomo profissional com situação juridicamente reconhecida; a clientela ampla e certa contribui de forma decisiva para o registro de autônomo que equivale, no MNF, à carteira assinada do empregado no MF (Souto de Oliveira & Prado, 1975: 356). Sem distanciar-se da perspectiva sociológica do trabalhador por conta própria no que se refere a suas características, no modelo antropológico as variáveis de *qualificação profissional e de chances de opção pelo trabalho assalariado ou não-assalariado discriminam as modalidades de ocupação*. O “biscateiro profissional”, segundo a denominação dada por Souto de Oliveira & Prado (1975) refere-se àquele indivíduo que possui alta qualificação tendo, por isto, condições de decidir por si mesmo a melhor maneira de exercer a sua profissão – se como empregado no MF ou como autônomo no MNF. O mesmo não ocorre com o “biscateiro não-profissional” que corresponde ao indivíduo desprovido de qualquer qualificação; para este, uma vez que a possibilidade de *ingresso no MF é muito reduzida*, o biscate surge como a única opção de sobrevivência econômica (Souto de Oliveira & Prado, 1975: 345, 351).

Para qualificar a conta própria e o biscateiro outra variável é considerada: a chance de maior ou menor estabilidade da ocupação. Neste sentido, o trabalho por conta própria é definido como aquele que “é realizado por indivíduos com treinamento ótimo em profissões de alta procura e baixa oferta” (Machado da Silva, 1971: 64). A presença simultânea destes dois fatores – alta qualificação e escassez de oferta de trabalhos profissionais – *confere àqueles que exercem esta modalidade de ocupação, visíveis vantagens*

no mercado. Estas vantagens são refletidas pelo alto grau de autonomia e de estabilidade da ocupação, só possíveis devido ao nível de rendimento dos trabalhadores por conta própria que, em muitos casos, têm assegurada uma reserva financeira que os torna menos sujeitos às oscilações da procura por seus serviços e, portanto, mais capazes de arcar com os custos durante os períodos de inatividade. Assim, têm condições de manter uma clientela fixa e, mais que isto, de selecionar os fregueses eventuais, bem como selecionar entre o “biscate grande” e o “biscate pequeno” (Machado da Silva, 1971: 42, 43; Souto de Oliveira & Prado, 1975: 365).

No que se refere ao biscate, ocupação típica do MNF, o mesmo se caracteriza não só pela instabilidade como pela situação desvantajosa com que se apresenta no mercado. Esta situação de desvantagem é explicada uma vez que este tipo de ocupação inclui uma grande variedade de tarefas que requerem baixo nível de treinamento e são exercidas sucessivamente à medida da solicitação de mercado. Neste sentido, no espaço econômico onde atua o biscateiro, as situações mais prováveis de ocorrerem são aquelas em que, ou se tem treinamento ótimo em profissões cuja oferta de trabalho é muito alta ou se tem conhecimento limitados em profissões de alta procura (Machado da Silva, 1971: 74). Destas condições decorre o alto grau de subordinação do biscateiro aos laços de clientela e a importância estratégica do estabelecimento de uma rede de contatos mais ampla. Uma vez que os biscateiros dependem fortemente da personificação das relações de trabalho, os mecanismos de que se utiliza o biscateiro para alcançar um mínimo de segurança e variação de renda, vão desde a utilização de suas qualidades de natureza psico-social (simpatia, extroversão, bom-humor), até às mais sofisticadas “técnicas do ponto”, passando pelo pequeno trabalho gratuito, acúmulo de pequenos serviços, etc. (Machado da Silva, 1971: 77-83).

Outra problemática ligada às ocupações do MNF e extensamente tratada nos estudos de natureza antropológica é a concomitância no exercício de duas modalidades de trabalho – trabalho assalariado regular e trabalho não-assalaria-

¹⁰ Tendo Souto de Oliveira & Prado se utilizado do modelo de análise desenvolvido por Machado da Silva, as autoras utilizaram os termos “biscateiro profissional” e “biscateiro não-profissional” para referir-se ao “trabalhador por conta própria” e “biscateiro”, respectivamente. Segundo estas autoras a preferência por aqueles termos se deve às dificuldades apontadas pelo próprio Machado da Silva em precisar os limites entre ambas categorias – conta própria e biscate (Souto de Oliveira & Prado, 1975: 367).

do. As situações verificadas nas investigações empíricas são aquelas em que o indivíduo, por não ter chance de emprego assalariado¹¹ assume o biscate como única saída de engajamento na divisão social do trabalho; por outro lado, por ter alto nível de qualificação, o indivíduo pode procurar beneficiar-se da clientela já estabelecida no seu período de assalariamento, para assumir o seu ofício por conta própria; uma terceira situação é a de que a incursão no MNF se faz sem o abandono do emprego assalariado (Souto de Oliveira & Prado, 1975; Machado da Silva, 1971, 1979; Vianna, 1980). Observa-se, contudo, que em qualquer destas situações o nível de qualificação e o volume de demanda da profissão exercida no mercado são as variáveis básicas que explicam as chances de opção de que dispõe o trabalhador para se integrar num ou noutro mercado, ou articular ambos a um só tempo ou alternadamente. Outra variável que compõe a explicação da decisão de integração no MNF de trabalho é o "desejo de independência" que só pode ser concretizado se, na avaliação do mercado, o trabalhador considerar-se capaz de manter tanto um controle mínimo sobre a sua segurança como de um nível adequado de remuneração (Machado da Silva, 1971: 56).

Esta problemática do "desejo de independência" é teórica e empiricamente retomada na investigação realizada no Nordeste, no período de 1975-1977, por um grupo de antropólogos do Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional (UFRJ). A questão teórica levantada é a de que é em torno do salário que se estruturam

as atividades dos trabalhadores, qualquer que seja o modo de inserção no processo de produção. Concluiu-se, por outro lado, que é a "insuficiência salarial" para reproduzir a família operária que conduz o trabalhador a associar o trabalho assalariado às formas não-capitalistas de produzir e/ou os membros do grupo familiar a incorporarem-se à atividades econômicas que geram remuneração (Machado da Silva, 1979: 9, 10). Nesta linha de argumentação, trabalho autônomo e trabalho assalariado são vistos como complementares; observou-se que a tendência do trabalhador é no sentido de conciliar a condição de autonomia com a do trabalho assalariado. O que se apresenta como relevante nesta constatação é o fato de que esta conciliação, muitas vezes, só é possível através da participação do grupo familiar. Mais do que o "desejo de independência" as garantias legais e previdenciárias do trabalho no setor capitalista de produção, são valorizadas pelos grupos de trabalhadores urbanos investigados. Estes procuram cobrir a insuficiência do salário do emprego regular ou através do trabalho de membros do grupo de família ou através da combinação, na esfera individual, de formas capitalistas e não-capitalistas de produzir (Lopes & Machado-da Silva, 1979).

IV - Quadro Conclusivo

O quadro a seguir representa uma tentativa de resumo das diversas abordagens aqui apresentadas.

¹¹ Segundo Souto de Oliveira (1980) os fatores limitadores da utilização pelo capital da força de trabalho disponível no mercado de trabalho urbano são: a ausência de requisitos que envolvem força, resistência ou habilidades físicas, saúde e mais genericamente os fatores idade e sexo (pp. 41-49).

Quadro 2

Abordagens: Tópicos Gerais:	Abordagem Econômica			Abordagem Sociológica	Abordagem Antropológica
	Dualismo	Pobreza Urbana	Geográfico-Espacial		
1. <i>Problemática Central</i>	Subemprego	renda	interrelacionamento entre os circuitos superior e inferior	interrelacionamento entre diferentes formas de produção	modos de manipulação do mercado de trabalho urbano
2. Objetivo de Análise	Setores formal e informal	pobreza urbana	circuitos inferior e superior	formas de organização da produção	mercado não-formal (MNF)
3. Unidade de Análise	indivíduo	indivíduo	—	família	família
4. Categoria Ocupacional Analisada	a) ocupações produtivas b) ocupações improdutivas	—	—	a) produtores simples de mercadoria b) trabalhador por conta própria	a) biscateiro b) trabalhador por conta própria
5. <i>Funcionalidade do Trabalho</i>	atividades improdutivas	—	atividades do circuito inferior servem ao circuito superior	atividades socialmente necessárias	atividades necessárias à sobrevivência do indivíduo e sua família
6. Processo de incorporação no mercado de trabalho “não-formal”	involuntário	—	—	por opção e/ou expulsão do setor assalariado	“desejo de independência” ou “estratégia individual”

Bibliografia

- Abreu, Alice Paiva; Ribeiro da Silva, M.G. e Cappelin, Paola
1978. *A Força de Trabalho Feminina em Areas Urbanas na América Latina: uma revisão da literatura*. Comunicação apresentada no Seminário "A Mulher na Força de Trabalho na América Latina", Rio de Janeiro, novembro.
- Almeida, Anna Luiza Ozório de
1976. *Distribuição de Renda e Emprego em Serviços*. Coleção Relatórios de Pesquisas n.º 34, IPEA/INPES.
- Almeida, José
1974. *Industrialização e Emprego no Brasil*. Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 24, IPEA/INPES.
- Almeida, Wanderly J. Manso
1975. "Employment Variations in the Service Sector". *Brazilian Economic Studies* n.º 1, IPEA/INPES, pp. 179-200.
- Almeida, Wanderly J. Manso e Silva, Maria da Conceição
1974. *Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil: emprego e produto*. Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 18, IPEA/INPES.
- Bacha, Edmar Lisboa
1972. "O Subemprego, o Custo Social da Mão-de-obra e a Estratégia Brasileira de Crescimento". *Revista Brasileira de Economia*, v. 26, n.º 1, pp. 105-116.
- Berlink, Manoel Tosta *et alii*.
1977. *Desenvolvimento da Economia de Campinas: o setor informal*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas (OIT/Unicamp).
- Brasil-Minter
1976. *Mudança na Composição do Emprego e na Distribuição da Renda: efeitos sobre as migrações internas*. (Trabalho coordenado por Mary Garcia Castro).
- Brasil-Sudene
1978. *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*, v. 1. Trabalho coordenado por Helena Pessoa, Recife, Sudene.
- Brasil-Sudene
1978. *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*, v. 2. Trabalho coordenado por Luiz Antonio Machado da Silva, Recife, Sudene.
- Cardoso, Fernando Henrique e Reina, José Luiz
1960. "Industrialização, Estrutura Ocupacional e Estratificação Social na América Latina". In Fernando H. Cardoso, *Mudanças Sociais na América Latina*, São Paulo, Difel, pp. 104-139.
- Carvalho, Inaiá
1976. *Problemas do Emprego em Áreas Urbanas da Bahia. Relatório Preliminar*. Salvador, Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.
- Carvalho, Inaiá e Souza, Guaraci A.A.
1980. "A Produção Não-Capitalista no Desenvolvimento de Salvador". In Guaraci A.A. Souza e V.E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.

- Cavalcanti, Clóvis
1978. *Viabilidade do Setor Informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife*. Recife, Minter/Sudene, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- Cavalcanti, Clóvis e Duarte, Renato
1980. *À Procura de Espaço na Economia Urbana: o setor informal de Fortaleza*. Recife, Sudene/Fundaj, Brasília, Ministério do Trabalho.
- Cavalcanti, Clóvis e Duarte, Renato
1978. *O Setor Informal de Salvador: dimensão, natureza e significado*. Recife, Sudene/Fundaj, Brasília, Ministério do Trabalho.
- Cunha, Paulo Vieira da
1977. "Dualismo no Mercado de Trabalho: uma verificação empírica em uma amostra de trabalhadores de baixa renda". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 7, n.º 1, pp. 101-144.
- Faria, Vilmar E.
1980. "Divisão Inter-regional do Trabalho e Pobreza Urbana: o caso de Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Félix, Cleber et alii
1981. *Emprego, Subemprego e Desemprego*. FIBGE/SEGE/DEISO, mimeo.
- Fraenkel, Lêda Maria
1976. "Questionamentos sobre o Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Relações com as Migrações Internas". In *Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Divulgação, pp. 319-330.
- Goodman, David
1975. "O Modelo Econômico Brasileiro e os Mercados de Trabalho: uma perspectiva regional". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 5, n.º 1, pp. 89-116.
- Goodman, David e Oliveira, Daniel R.
1977. "Desemprego Urbano no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 7, n.º 3, pp. 551-580.
- Hoffman, Helga
1977. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo, Ática (Ensaio, 24).
- Jelin, Elizabeth
1974. "Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: o caso de Salvador". *Estudos Cebrap*, n.º 9, pp. 51-79.
- Jelin, Elizabeth
1980. "A Baiana na Força de Trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap, n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Kowarick, Lúcio
1975. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Kritz, Ernesto e Ramos, Joseph
1975. "La Subutilización de la Mano de Obra Urbana en Países Subdesarrollados". In *Sistemas de Informação para Políticas de Empleo*, IPEA/IPLAN, pp. 10-114.

- Lewin, H.; Pitangy, J. e Romani, C.M.
1977. *Mão-de-Obra no Brasil: um inventário crítico*. Petrópolis Vozes.
- Lodder, Celsius A.
1976. *Distribuição de Renda nas Áreas Metropolitanas*. Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 31, IPEA/INPES.
- Lopes, José Sérgio Leite
1978. "Notas Críticas ao *Desemprego e Subemprego no Brasil*". *Dados*, n.º 18, pp. 135-151.
- Lopes, José Sérgio L. e Machado da Silva, Luiz A.
1979. "Introdução: Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos". In José Sérgio L. Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Machado da Silva, Luiz A.
1971. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, mimeo.
- Machado da Silva, Luiz A.
1979. "Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais". In José Sérgio Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Madeira, Felícia e Singer, Paul
1973. "Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970". *Cadernos Cebrap*, n.º 13.
- Martine, George e Peliano, José Carlos
1975. "Migração, Estrutura Ocupacional e Renda nas Áreas Metropolitanas". In Manoel A. Costa (ed.), *Estudos de Demografia Urbana*, IPEA/INPES (Monografia, 18).
- Martine, George e Peliano, José Carlos
1978. *Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano*. IPEA, Estudos para o Planejamento, 19.
- Manso de Almeida. Ver Almeida, Wanderly J. Manso.
- Mata, Milton da
1979. *Concentração de Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970*. Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 41, IPEA/INPES.
- McGee, T.G.
1971. *The Urbanization Process in the Third World: Explorations in search of a theory*. London, G. Bell and Sons.
- McGee, T.G.
1976. "La Persistencia del Proto-Proletariado: Estructuras Ocupacionales y Planificación del futuro de las Ciudades del Tercer Mundo". *Cuadernos*, Sociedad Venezolana de Planificación, 141-143, pp. 95-145.
- Merrick, Thomas
1976. "Employment and Earnings in the Informal Sector in Brazil: the case of Belo Horizonte". *Journal of Developing Areas*, n.º 10.

- O'Brien, F.S. e Salm, C.L.
1970. "Desemprego e Subemprego no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, v. 24, n.º 4, pp. 93-137.
- Oficina Internacional do Trabalho
1977. *El Sector Informal Urbano: interrogantes y controversias*, por Dagmar Raczyński (Investigaciones sobre Empleo, 18). Chile, OIT/PREALC.
- Oficina Internacional do Trabalho
1980. *Asalariados de Bajos Ingresos y Salarios Minimos en América Latina*. (Investigaciones sobre Empleo, 18), Chile, OIT/PREALC.
- Oliveira, Francisco
1975. *Questionando a Economia Brasileira*. Seleções Cebrap n.º 1, São Paulo, Cebrap/Brasiliense.
- Peliano, José Carlos
1977. "Setor Informal ou Pobreza Urbana?". In George Martine (ed.), *Migrações Internas*, Rio de Janeiro, Altiva (Anais do Simpósio sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica do Brasil).
- Pena, Maria Valéria Junho
1980. "A Mulher na Força de Trabalho". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, n.º 9.
- Prandi, José Reginaldo
1978. *O Trabalho por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo, Símbolo.
- Prandi, José Reginaldo
1980. "Trabalhadores por Conta Própria em Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*, Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis Vozes.
- Raczyński. Ver Oficina Internacional do Trabalho, 1977.
- Ribeiro, Ana Clara Torres
1977. *Trabalho Urbano: biscate e biscateiros*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, mimeo.
- Salm, Cláudio L.
1975. "Informação e Política de Emprego: considerações gerais". In *Sistemas de Informação para Políticas de Emprego*, IPEA/IPLAN, Brasília, pp. 301-313.
- Santos, Milton
1978. *Pobreza Urbana* (com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala). São Paulo, Hucitec.
- Santos, Milton
1979. "Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxos da economia urbana e suas implicações espaciais". *Espaço e Sociedade*, pp. 128-149.

- Santos, Milton
1979. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- Singer, Paul
1970. "Elementos para uma Teoria do Emprego Aplicável a Países Não Desenvolvidos". *Cadernos Cebrap*, n.º 18.
- Singer, Paul
1971. "Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969". *Cadernos Cebrap*, n.º 3.
- Singer, Paul
1980. "A Economia Urbana de um Ponto de Vista Estrutural: o caso de Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Souto de Oliveira, Jane
1980. *A Reposição do Suor*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.
- Souto de Oliveira, Jane e Prado, Regina de Paula S.
1975. "O Biscateiro como uma Categoria de Trabalho: uma análise antropológica". In *Sistemas de Informação para Políticas de Emprego*, Brasília, IPEA/IPLAN, pp. 329-368.
- Souza, Alberto de Melo E.
1976. "Escolha de Emprego e Dualismo no Mercado de Trabalho". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 6, n.º 1, pp. 107-130.
- Souza, Guaraci A.A. de
1980. "Urbanização e Fluxos Migratórios para Salvador". In Guaraci A.A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Souza, Guaraci A.A. de e Faria, Vilmar E. (orgs.)
1980. *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Souza, Paulo R.
1980. *Emprego, Salários e Pobreza*. São Paulo, Hucitec.
- Souza, Paulo R. e Tokman, Victor E.
1976. "El Sector Informal Urbano". In Victor Tokman e Paulo R. Souza, *El Empleo en America Latina: Problemas económicos, sociales y políticos*. Mexico, Siglo Veintiuno, pp. 61-83.
- Tavares, Maria da Conceição
1966. "Substituição de Importações e Desenvolvimento Econômico na América Latina". *Dados*, n.º 1, pp. 115-140.
- Tolosa, Hamilton C.
1975. "Dualismo no Mercado de Trabalho Urbano". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 5, n.º 1, pp. 1-35.
- Tolosa, Hamilton C.
1976. "Subutilização e Mobilidade da Mão-de-Obra Urbana". In Joseph Barat (ed.), *Política de Desenvolvimento Urbano: aspectos metropolitanos e locais*. IPEA/INPES (Monografia, 22).

- Tolosa, Hamilton C.
1977. "Política Urbana e Redistribuição de Renda". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 7, n.º 1, pp. 69-99.
- Vianna, Angela Ramalho
1980. "Estratégias de Sobrevivência num Bairro Pobre de Salvador". In Guaraci A. A. Souza e Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Cadernos Cebrap n.º 34, Petrópolis, Vozes.
- Werneck, Dorothea F.F.
1978. *Empregos e Salários na Indústria de Construção*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.